_ SEG _ Fernando Gabeira _ Demétrio Magnoli (quinzenal) _ Miguel de Almeida (quinzenal) _ Joaquim Santana (quinzenal) _ Washington Olivetto (quinzenal) _ Pedro Zicai (quinzenal)
_ TER _ Vinicius Pereira _ Pedro Doria _ QUA _ Vera Magalhães _ Elio Gaspari _ Bernardo Mello Franco _ Roberto Dahlsten (quinzenal) _ QUI _ Vinicius Pereira _ Malu Gaspar
_ SEX _ Vera Magalhães _ Flávia Oliveira _ Bernardo Mello Franco _ SÁB _ Carlos Alberto Sardenberg _ Eduardo Affonso _ Pablo Cristóbalo _ DOM _ Vinicius Pereira _ Dorrit Harazim _ Bernardo Mello Franco

FLÁVIA OLIVEIRA

blogs.oglobo.globo.com/opiniao
flaviaoliveira@gmail.com

Efeito Madonna no Rio

Uma mulher. Uma mulher de 65 anos. Uma artista de fama planetária que, aos 65 anos, 40 de carreira, é capaz de mobilizar para uma solitária apresentação três aviões de carga, 30 caminhões, 270 toneladas de equipamentos, 45 baús de figurinos, estafe de 200 pessoas, 90 quartos de hotel, palco de 812 metros quadrados, três passarelas, 18 torres de som, para receber um público estimado em 1,5 milhão na praia mais famosa do Brasil. A Prefeitura do Rio estima que a passagem de Madonna por Copacabana, amanhã, movimentará R$ 293,4 milhões na economia carioca. Tudo isso num fim de maio, período de baixa temporada turística na Cidade Maravilhosa.

A vinda de Madonna ao Rio para o encerramento de "The celebration tour", a 12ª turnê mundial da *popstar*, contém lições em cultura, economia e na área social. Em tempos de etarismo e maus-tratos a idosos, é inspirador ver uma mulher de 65 anos ativa, querida e exibindo vigor físico numa maratona global de mais de 80 shows em sete meses. O Brasil chegou a 2022 com 32,1 milhões de habitantes com 60 anos ou mais; 22,1 milhões com 65 ou mais, segundo o último censo demográfico do IBGE. A proporção de idosos saltou de 10,8% para 15,6% desde 2010.

Mulheres são maioria da população — 51,5% ante 48,5% de homens — e também entre os idosos. Do total de brasileiros com 60 anos ou mais, elas somam 17,8 milhões, eles 14,2 milhões. O Rio de Janeiro (18,8%) está entre os três estados com maior proporção de idosos do país; atrás do Rio Grande do Sul (20,2%), à frente de Minas Gerais (17,8%). Só aqui e no RS o total de idosos ultrapassa o de crianças. Para cada cem moradores de 0 a 14 anos, há 106 idosos no território fluminense. Convém pensar em políticas públicas de inclusão, atividade produtiva, respeito aos mais velhos.

O ponto final da turnê de Madonna também atesta o potencial da cadeia produtiva da cultura na atividade econômica, geração de trabalho e renda. Afora os profissionais envolvidos na realização, o show de amanhã ativou diferentes setores. De 1º a 6 de maio, 222 mil pessoas passarão pelo Aeroporto Internacional Tom Jobim, entre pousos e decolagens nacionais e internacionais. Até terça que vem, a companhia aérea Azul operará 436 voos para o Galeão, dos quais 170 extras. O total de assentos passa de 60 mil. Somando Santos Dumont e Jacarepaguá, serão mais de 100 mil assentos, um Maracanã e meio. Só hoje, 19 mil pessoas passarão pela Rodoviária Novo Rio em 600 ônibus; amanhã, 18 mil em 580 veículos.

Uma caminhada pela orla de Copacabana dá a medida do efeito Madonna na atividade. Bares e quiosques ocupados, inflação nos drinques, petiscos e itens praianos, uma profusão de produtos customizados, de leques a camisetas. À venda, até kit com brigadeiros estampando a foto da cantora. Restaurantes, padarias, supermercados e lojas de roupas, da Zona Sul à Saara, estimam aumento de receitas. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Econômico (SMDUE) prevê que a passagem de Madonna renderá R$ 60,9 milhões em ISS recolhidos pelas áreas relacionadas ao evento: turismo, transportes, entretenimento; 20% mais que um ano atrás. O Museu do Amanhã está recebendo 5 mil visitantes por dia, o dobro do habitual.

A prefeitura destinou R$ 10 milhões em patrocínio ao evento; o governo do estado, idem. A conta de retorno é satisfatória, embora seja legítimo que a população questione a escassez de recursos para áreas prioritárias, como combate à fome e infraestrutura. Fundamental é sublinhar quanto a cidade é vocacionada para atividades de cultura e turismo. E quanto vale a pena levá-las a sério, em vez de demonizar, perseguir e desqualificá-las por miopia político-ideológica.

O economista Marcel Balassiano, da SMDUE, estimou que, em novembro passado, com três feriadões, final da Libertadores da América e apresentações de RBD e Taylor Swift, o turismo e eventos movimentaram R$ 700 milhões na capital. O efeito Swift na economia americana foi mencionado em relatório do Federal Reserve, o banco central dos Estados Unidos. No Rio, o Réveillon movimentou R$ 3 bilhões, o carnaval R$ 5 bilhões. No ano passado, a receita de ISS com turismo, eventos e cultura alcançou R$ 416,4 milhões, R$ 100 milhões a mais que em 2022. A indústria criativa no Rio tem mais de 4 mil empresas e 80 mil trabalhadores; 93,5% são micro e pequenos empreendimentos. Cultura é riqueza.

BERNARDO MELLO FRANCO

oglobo.com.br/bernardo
X: bernardomf
bmf@oglobo.com.br

A punição que compensa

Lula usou o Dia do Trabalho para alavancar a candidatura de Guilherme Boulos em São Paulo. "Vou fazer um apelo: cada pessoa que votou no Lula em 1989, em 1994, em 1998, em 2002 (...) tem que votar no Boulos para prefeito", discursou, no palanque das centrais sindicais.

A legislação eleitoral afirma que só é permitido fazer campanha após 15 de agosto. Ao pedir votos para o aliado, o presidente cometeu uma infração à luz do dia. Não é possível absolvê-lo por inexperiência.

Lula poderia encher um álbum com as multas que já recebeu da Justiça por campanha antecipada. Ora para si mesmo, ora para aliados, como Dilma Rousseff e Fernando Haddad. Nada indica que a coleção vá parar por aqui.

A reincidência não o faz muito diferente dos adversários. De Jair Bolsonaro a José Serra, quase todos já foram punidos pelo mesmo motivo. São beneficiados por uma legislação inócua, que serve como incentivo a quem quiser descumpri-la.

As multas por campanha antecipada variam entre R$ 5 mil e R$ 25 mil. Uma ninharia diante dos valores milionários que movimentam as campanhas. Além disso, não se conhece um único político que tenha coçado o próprio bolso. O dinheiro sai do comitê ou do partido, ambos abastecidos com verba pública.

Há um componente de hipocrisia na lei. No mundo real, as campanhas começam muito antes da data marcada. Os pré-candidatos visitam comunidades, beijam criancinhas, sobem em palanques e criticam os rivais. Só não podem pedir voto de forma explícita — como se isso fosse necessário.

As falhas da legislação não eximem ninguém de respeitá-la. Ao dizer o que disse, o presidente deu mau exemplo e contratou mais uma punição. O que não significa que Boulos vá sair no prejuízo.

Empatado com Ricardo Nunes nas pesquisas, o deputado do PSOL aposta na força do padrinho. Acredita que vai crescer quando mais eleitores souberem que ele é apoiado por Lula. A grita do prefeito, que se disse "perplexo" com o pedido de voto, só o ajuda a divulgar a aliança.

ARTIGO

Incertezas sobre a reforma tributária

ANDRÉ PAIVA
E FÁBIO TIEPPO

A reforma tributária (EC 132/2023) certamente é um avanço há muito esperado. Em substituição ao atual sistema de tributação do consumo, caótico e complexo, com diversos impostos e inúmeras exceções, será implementado um tributo dual sobre o valor agregado.

Em tese, a reforma deverá descomplicar consideravelmente o sistema tributário e reduzir o efeito da cobrança de impostos em cascata. Seu principal objetivo é simplificar, não reduzir a carga tributária. A mecânica prevista consiste em implementar uma alíquota de referência geral que, por construção, possibilitaria a manutenção da atual carga tributária como percentual do PIB.

A expectativa é que a reforma aumente a eficiência dos sistemas produtivos, gerando melhor alocação de recursos e reduzindo os esforços que envolvem o pagamento de tributos. Contribuirá, assim, para o aumento do PIB e a geração de empregos.

Espera-se que os setores com uma cadeia produtiva mais longa sejam beneficiados. Destaca-se o setor da indústria de transformação. Na outra ponta, setores relacionados a serviços, que atualmente contribuem com ISS, PIS e Cofins e têm alíquota efetiva inferior a 15%, tendem a sofrer aumento da carga tributária, chegando a uma alíquota de mais de 25%.

Como consequência, é esperada ampla mudança em preços relativos — algumas coisas ficarão mais caras, outras mais baratas. Concessões de serviços públicos, como saneamento básico e rodovias, estão inclusas no grupo que sofrerá aumento de alíquota efetiva.

Diversos pontos da reforma ainda serão regulamentados por meio de leis complementares, de forma que o impacto ainda é incerto. Porém a mudança de preços relativos dos insumos afetará de maneira distinta cada projeto, a depender de suas especificidades. Haverá, ainda, significativos custos com adequações dos sistemas de faturamento e contábeis para o novo sistema tributário.

Além disso, existirão efeitos indiretos dentro da estrutura de custos das concessões. A lógica de aproveitamento de créditos implica alteração nas premissas de capital de giro das empresas, o que eventualmente pode gerar mudanças no fluxo de caixa.

Concessões de serviços públicos, como saneamento básico e rodovias, estão no grupo que sofrerá aumento de alíquota efetiva

Tais incertezas impactam tanto os projetos já existentes como os novos, ainda a ser licitados. Em termos práticos, como as incertezas afetam o nível de risco percebido pelos investidores, espera-se que os licitantes incorporem esse risco maior ao retorno considerado em suas propostas. Ao mesmo tempo, participantes menos experientes podem precificar de forma incorreta seus futuros gastos e investimentos, levando a um cenário em que o contrato futuro se torne infactível.

No caso dos projetos já existentes, as alterações tributárias usualmente são classificadas como "fato do príncipe", que enseja reequilíbrio econômico-financeiro. Isso, no entanto, costuma ser demorado, e o valor a ser reequilibrado pode não refletir o impacto real assumido pelo concessionário.

O cálculo não será trivial. Mesmo que se defina o mérito sobre o que deve ser reequilibrado e qual o valor desse impacto, existe um desafio sobre como reequilibrar o contrato. Uma vez que os modelos consideram a sistemática tributária atual, os mecanismos deverão ser adaptados ao novo modelo.

Diversos contratos — a maioria, provavelmente — ficarão desequilibrados, sendo esperada uma onda de pedidos de reequilíbrio. A existência de contratos com diferentes entes federativos e sujeitos a regulação por agências distintas pode levar a decisões de mérito divergentes, gerando mais insegurança e elevando o potencial de judicialização.

André Paiva é economista e consultor da área de Projetos da Tendências Consultoria.
Fábio Tieppo é engenheiro e consultor da área de Projetos da Tendências Consultoria